



## III CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

### 1ª PROVA ESCRITA

01. Declarada pelo Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional:

- a) será suprida a omissão do Legislativo para garantir o exercício dos direitos e liberdades constitucionais;
- b) será dada ciência ao Poder competente para adoção de medidas necessárias;
- c) será dada ciência ao Poder competente para editar a lei reclamada, em trinta dias;
- d) será dada ciência ao Poder competente para adotar as providências necessárias em 30 dias, sob pena de desobediência.

02. Depois de aprovada por 3/5 dos votos dos membros da Câmara e do Senado, em dois turnos, a emenda constitucional será:

- a) submetida à sanção do Presidente da República;
- b) promulgada pelo Presidente da República;
- c) promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- d) promulgada pelo Presidente do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

03. O recurso ordinário interposto das decisões de Juiz Federal proferidas em causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado, e Município de outro, será julgado:

- a) pelo Tribunal Regional Federal ao qual está submetido o Juiz prolator da decisão;
- b) pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) por um Tribunal Especial composto de cinco Juízes do Supremo Tribunal Federal e quatro da Corte Internacional de Haia.

04. Das decisões dos Tribunais de Justiça ou dos Tribunais Regionais Federais, denegatórias de “Habeas Corpus”, sempre caberá:

- a) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça;
- b) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal;
- c) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

05. O Governador do Estado será julgado, depois de obtida a licença da Assembléia Legislativa, perante:

- a) o Tribunal de Justiça do respectivo Estado;
- b) Corte Especial formada por desembargadores e deputados estaduais;
- c) pelo Superior Tribunal de Justiça;



d) pelo Tribunal Regional Federal com jurisdição sobre o respectivo Estado.

06. O projeto de lei proposto por deputado ou senador versando matéria cuja iniciativa é privativa do Presidente da República pode ter o vício de iniciativa convalidado:

- a) quando for aprovado por maioria absoluta;
- b) quando for aprovado por maioria absoluta e obtiver a sanção presidencial;
- c) quando vetado, tiver o veto presidencial rejeitado pelo Congresso Nacional;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é verdadeira.

07. O projeto de emenda constitucional é da iniciativa:

- a) de qualquer congressista;
- b) de mais da metade dos Governadores dos Estados da Federação;
- c) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado Federal;
- d) de um terço dos membros da Câmara e do Senado Federal.

08. Durante a vigência do Estado de Sítio:

- a) poderão ser suspensas as garantias constitucionais indicadas no Decreto Presidencial;
- b) é possível o confisco de bens de estrangeiros não residentes no país;
- c) é possível a requisição de terras para fins de reforma agrária;
- d) é possível a suspensão apenas do direito de reunião e o sigilo de correspondência e comunicação telegráfica e telefônica.

09. A atual Constituição permite a violação do sigilo das correspondências:

- a) para fazer prova em processo penal;
- b) para resolver casos de seqüestro de pessoas;
- c) nas hipóteses das letras "a" e "b", desde que haja autorização judicial;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

10. Serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro do domicílio do segurado ou beneficiário, as causas em que for parte Autarquia Federal:

- a) sempre que a Comarca não seja sede de Vara Federal;
- b) quando não houver Vara Federal no Estado de domicílio do segurado;
- c) somente quando a Autarquia tiver agência na mesma Comarca de domicílio do segurado;
- d) sempre que a Comarca não seja sede de Vara Federal e dispuser de Vara Privativa de Feitos das Fazendas Públicas.

11. A primeira investidura em cargo público depende:

- a) de aprovação prévia em concurso interno, para aqueles que já ostentam a condição de servidor estável;
- b) de aprovação prévia em concurso público de prova ou de provas e títulos;



- c) de aprovação prévia em concurso público de prova ou de provas e títulos apenas quando o candidato não for titular de outro cargo;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

12. O Município reger-se-á por lei orgânica:

- a) votada pelas Assembléias Legislativas dos Estados, aprovada por 2/3 dos seus membros e submetida ao “referendum” das Câmaras Municipais respectivas;
- b) votada em dois turnos e aprovada por 2/3 dos membros da Câmara Municipal;
- c) votada e aprovada por 2/3 dos membros da Câmara Municipal depois de obtida a sanção do Prefeito;
- d) votada em dois turnos e aprovada por 2/3 dos membros da Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito.

13. A competência da União é privativa para legislar sobre as matérias arroladas no artigo 22 da Constituição, podendo, entretanto:

- a) ser editada lei complementar autorizando os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias ali relacionadas;
- b) os Estados legislarem suplementarmente, desde que respeitada a norma geral da União;
- c) os Estados, quando inexistir sobre a matéria lei federal, legislarem plenamente;
- d) os Estados legislarem ficando, entretanto, as respectivas leis suspensas quando da superveniência de lei federal.

14. O decreto de intervenção federal nos Estados dependerá:

- a) de requisição do Supremo Tribunal Federal, quando a coação a ser eliminada estiver sendo exercida contra o Poder Judiciário;
- b) de provimento pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador Geral do Estado respectivo, quando se tratar de desobediência de lei federal;
- c) de provimento pelo Superior Tribunal de Justiça de representação do Procurador Geral do Estado respectivo, quando se tratar de desobediência de lei estadual;
- d) de requisição do Tribunal de Justiça mediante representação do Procurador Geral do Estado, quando se tratar de desobediência de lei estadual.

15. O inciso LXIII do artigo 5º da Constituição dispõe: o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado,

- a) podendo, entretanto, o seu silêncio ser interpretado em prejuízo da própria defesa;
- b) podendo, entretanto, o seu silêncio ser interpretado em prejuízo de sua defesa, caso não justifique as razões do silêncio;
- c) da recusa em depor não poderá advir qualquer gravame ao preso, pois tem o direito constitucional ao silêncio;
- d) nenhuma das alternativas é correta.



16. Nas relações internacionais, o Brasil rege-se por princípios:

- a) que defendem a auto-determinação dos povos;
- b) que defendem, inclusive, o uso de força para impor o respeito aos tratados internacionais;
- c) que defendem o reconhecimento da independência dos novos Estados desde que demonstrada a sua viabilidade econômica e política;
- d) que asseguram a concessão de asilo aos perseguidos por qualquer razão em seus países de origem.

17. Os tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos e compromissos ao patrimônio nacional serão aprovados pelo Congresso Nacional por meio de:

- a) lei complementar;
- b) lei ordinária;
- c) resolução do Congresso Nacional;
- d) decreto legislativo.

18. O artigo 5º, “caput”, da Constituição, assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade, entre outros, do direito à vida, à liberdade e à segurança. E, quanto aos estrangeiros residentes fora do país, estão eles:

- a) protegidos apenas pelas leis de seus países, nada podendo reclamar quanto a eventuais violações aqui ocorridas;
- b) somente estão protegidos desde que haja acordo bilateral neste sentido;
- c) somente estão protegidos caso provem que no seu país a Constituição garante a inviolabilidade de tais direitos;
- d) protegidos porque, nas relações internacionais, o Brasil deve observar o princípio da prevalência dos direitos humanos.

19. São privativos de brasileiros natos os cargos:

- a) de Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro da Justiça;
- b) de Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Senadores, Ministro do Supremo Tribunal Federal e oficial das Forças Armadas;
- c) da carreira diplomática;
- d) de Presidente da República, Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e de oficial das Forças Armadas.

20. São brasileiros natos:

- a) os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, que estejam ou não a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai e mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil ou da O.N.U.



- c) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, mesmo que registrados em repartição competente estrangeira no prazo de sessenta dias do nascimento;
- d) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil.

21. O benefício previdenciário denominado auxílio-acidente só pode ser deferido a:

- a) empregados, empresários, trabalhador avulso, entre outros;
- b) empregados, trabalhador avulso e aos segurados especiais;
- c) empregados, trabalhador autônomo e aos empregados domésticos.
- d) todo e qualquer segurado obrigatório da Previdência Social.

22. São beneficiários, na condição de dependentes do segurado:

- a) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido; os pais; o irmão menor de 21 anos ou maior de 60 anos ou inválido; a pessoa designada menor de 21 anos ou maior de 60 anos ou inválida;
- b) quaisquer das pessoas acima, desde que comprovado que não possuem condições suficientes para o próprio sustento;
- c) todas as pessoas descritas na letra "a", menos as designadas menores de 21 anos ou maiores de 60 anos ou inválidas;
- d) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido; os pais, o irmão menor de 21 anos ou maior de 60 anos ou inválido, deste último exigida a demonstração de que não possui condições suficientes para o próprio sustento.

23. O valor do benefício de prestação continuada:

- a) será calculado com base somente no salário de benefício;
- b) será calculado com base no salário de benefício acrescido do percentual de 1% por ano quando o segurado tiver mais do que 70 anos;
- c) não será inferior ao de um salário mínimo;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

24. A aposentadoria por invalidez será devida:

- a) ao segurado que for considerado incapaz;
- b) ao segurado que for considerado incapaz, uma vez cumprida a carência exigida;
- c) ao segurado que for considerado incapaz em razão de doença infecciosa capaz de conduzi-lo à morte, mesmo não cumprida a carência exigida;
- d) ao segurado que for considerado incapaz de idade superior a 35 anos.

25. A Constituição e a Lei de Benefícios da Previdência Social asseguram a contagem recíproca do tempo de contribuição ou de serviço:

- a) apenas para os trabalhadores que prestaram serviço à administração pública, desde que hajam contribuído para o sistema;



- b) para os trabalhadores que prestaram serviço à administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente;
- c) para os trabalhadores que prestaram serviço à administração pública e na atividade privada, rural e urbana, desde que firmado previamente um convênio de compensação financeira entre os respectivos sistemas;
- d) para todos os trabalhadores de qualquer atividade, desde que haja convênio de compensação previamente firmado entre os diferentes sistemas de previdência social.

26. Em qual das hipóteses se enquadra o crime de quadrilha ou bando:

- a) quatro pessoas, duas das quais com 17 anos de idade, se organizam para a prática de crimes;
- b) quatro pessoas, todos maiores, se organizam para a prática de um crime;
- c) quatro pessoas se organizam para explorar, numa cidade, o “jogo do bicho”;
- d) quatro pessoas se organizam para explorar, numa cidade, o “jogo do bicho” e o seqüestro de um conhecido empresário.

27. No curso de ação penal, foi instaurado incidente para apuração da responsabilidade penal do réu. Concluíram os senhores peritos que não possuía este, por ocasião do crime, inteira capacidade para entender o caráter ilícito do fato. Sob tal fundamento, pode o juiz:

- a) isentar o réu de pena;
- b) diminuir a pena e impor medida de segurança;
- c) optar entre diminuir a pena e aplicar medida de segurança;
- d) absolver o réu.

28. “A” conta, a um grupo de pessoas, numa reunião social, que “B” está ligado a uma organização de tráfico de cocaína, chegando a indicar fatos e circunstâncias. “A” sabe que “B” é inocente, e o intuito foi atingir-lhe a reputação, pois que é notório na cidade o interesse de “B” em candidatar-se à Prefeitura Municipal, cargo também ambicionado por “A”. A história veio a ser noticiada em jornais, uma vez divulgada por um dos seus ouvintes, provocando também instauração de inquérito policial para apuração dos fatos atribuídos a “B”. A conduta de “A” caracteriza, em tese, crime de:

- a) calúnia previsto na lei de imprensa;
- b) calúnia previsto no Código Penal;
- c) calúnia previsto no Código Eleitoral;
- d) denúncia caluniosa.

29. A edição de 27 de fevereiro de 1993 (sábado) de determinado jornal, publicou editorial contendo ofensas à honra de alguém. Até que data essa pessoa pode requerer a instauração de ação penal, sob pena de se operar a decadência?

- a) no dia 26 de maio de 1993 (quarta-feira);



- b) no dia 27 de maio de 1993 (quinta-feira);
- c) no dia 27 de agosto de 1993 (sexta-feira);
- d) no dia 30 de agosto de 1993 (segunda-feira).

30. Se “A”, Delegado de Polícia, acata ordem de “B”, seu superior hierárquico, para não instaurar inquérito contra determinado funcionário, amigo de “A”, acusado de falsidade documental:

- a) “A” praticou o crime de prevaricação e “B” é inocente, já que não tinha atribuição para apurar o crime de falsidade;
- b) só “B” praticou o crime de prevaricação, porque “A” obedeceu ordem de seu superior hierárquico;
- c) nenhum dos dois delegados praticou delito, porque a instauração de inquérito não é ato de ofício;
- d) “A” e “B” praticaram o crime de prevaricação.

31. Assinale a alternativa correta:

- a) aplica-se a lei brasileira ao crime praticado a bordo de navio mercante nacional atracado em porto estrangeiro;
- b) a lei temporária, decorrido o período de sua duração, não pode ser aplicada aos fatos ocorridos durante sua vigência;
- c) a lei posterior que favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado;
- d) considera-se praticado o crime no momento em que ocorre o resultado.

32. Comprovada por prova pericial a semi-imputabilidade do réu, pode o Juiz, sob tal fundamento:

- a) isentar o réu de pena;
- b) diminuir a pena e impor medida de segurança;
- c) diminuir a pena ou aplicar medida de segurança;
- d) absolver o réu.

33. Uma mulher, logo após dar à luz e sob influência do estado puerperal, invade o berçário da maternidade e mata uma criança, pensando tratar-se de seu filho.

- a) a ré deve ser condenada e apenada por crime de homicídio;
- b) a ré deve ser condenada e apenada por crime de infanticídio;
- c) a ré deve ser condenada por crime de homicídio e isentada de pena, com imposição de medida de segurança por ter ficado provada sua inimputabilidade penal;
- d) a ré deve ser condenada por crime de homicídio e ter sua pena diminuída por ter ficado provada sua semi-imputabilidade.

34. São medidas de segurança:

- a) a internação e a proibição do exercício de profissão;



- b) a proibição do exercício de profissão e a limitação de fim de semana;
- c) a internação e a sujeição a tratamento ambulatorial;
- d) a sujeição a tratamento ambulatorial e a limitação de fim de semana.

35. Quem reconhece, no exercício de função pública, como verdadeira, firma aposta em contrato de financiamento bancário, pratica o crime de:

- a) falsificação de documento público;
- b) falsificação de documento particular;
- c) falsificação ideológica;
- d) nenhuma dessas hipóteses.

36. A Constituição Federal de 1988 assegura ao preso:

- a) o direito de permanecer calado, podendo seu silêncio ser interpretado em prejuízo de sua defesa;
- b) o direito da assistência à sua família, em caso de condenação;
- c) o direito à identificação do juiz que o interrogar;
- d) o direito de ser assistido por advogado.

37. Do despacho que indeferir o requerimento de instauração de inquérito policial formulado pelo ofendido:

- a) cabe agravo ao juiz competente para conhecer do inquérito;
- b) cabe reclamação ao órgão do Ministério Público competente;
- c) cabe recurso ao Chefe de Polícia;
- d) a autoridade policial não pode indeferir o pedido.

38. Antes de oferecida a denúncia, o juiz, mediante representação da autoridade policial, pode:

- a) decretar o seqüestro dos bens móveis do indiciado, suscetíveis de penhora;
- b) decretar o seqüestro dos bens móveis do indiciado, adquiridos com o produto da infração;
- c) decretar o seqüestro de todos os bens imóveis do indiciado;
- d) decretar a hipoteca legal dos bens imóveis do indiciado, adquiridos com o produto da infração.

39. O juiz dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

- a) se seu cônjuge tiver funcionado como perito no mesmo processo;
- b) se ele for devedor do acusado;
- c) se tiver sido gravemente injuriado pelo réu no interrogatório;
- d) em nenhuma das hipóteses acima.

40. Expedido o mandado de citação de réu acusado de peculato e certificando o oficial





de justiça que o mesmo se encontra no estrangeiro, em lugar sabido:

- a) o juiz deve determinar que a citação se faça por edital, com o prazo de 30 dias, no mínimo;
- b) o juiz deve decretar a revelia;
- c) o juiz deve mandar expedir carta rogatória citatória;
- d) o juiz deve suspender o processo até o retorno do acusado ao país.

41. Em processo contra funcionário público, por crime de prevaricação, cuja pena abstratamente cominada é de três meses a um ano de detenção e multa, após a inquirição das testemunhas da acusação e da defesa, que ato deve ser praticado pelo juiz?

- a) designar audiência de debates;
- b) mandar intimar as partes para apresentação de memorial;
- c) dar vista às partes para os fins do artigo 499, do CPP;
- d) determinar a conclusão dos autos para sentença.

42. No procedimento do júri, estando presentes vinte jurados, dos quais quatro estão impedidos e dois outros declaram-se suspeitos, como deve proceder o juiz-presidente?

- a) declara instalada a sessão;
- b) adia o julgamento para o dia útil imediato e convoca os suplentes necessários;
- c) manda conduzir a plenário o jurado faltoso e, estando ele presente, instala a sessão;
- d) adia o julgamento para a próxima sessão e impõe multa ao jurado que não compareceu.

43. Se a denúncia descreve um crime de roubo, apenado com reclusão, de quatro a dez anos, e multa, mas capitula o fato como infringente do artigo 155, do Código Penal, apenado com reclusão, de um a quatro anos, e multa, o juiz, estando provada a prática do delito descrito na exordial, deve:

- a) baixar os autos para que a defesa se pronuncie no prazo de oito dias e produza prova;
- b) baixar os autos para que o Ministério Público adite a peça inicial, corrigindo-a;
- c) lavrar sentença condenando o réu pela prática de roubo;
- d) abrir à defesa o prazo de três dias, para oferecer prova e arrolar até três testemunhas.

44. Assinale a formulação correta.

- a) interposta apelação em lugar do recurso em sentido estrito especialmente previsto para a hipótese, a petição recursal deve ser liminarmente rejeitada;
- b) no processo por crime de imprensa, da decisão que recebe a denúncia ou queixa, cabe recurso em sentido estrito;
- c) quando assistido por defensor dativo, o réu não pode desistir do recurso interposto;
- d) julgado na mesma sessão do tribunal popular, por dois crimes de homicídio



qualificado, em concurso material, e condenado em cada qual a quinze anos de reclusão, o réu pode protestar por novo júri.

45. A Lei de Execução Penal atribui ao preso:

- a) direito à previdência social;
- b) recebimento de salário mínimo mensal;
- c) exame semestral de sua situação carcerária, por defensor público;
- d) visitas de fim de semana à sua família.

46. Assinale a alternativa correta:

- a) Os quatro princípios constitucionais explicitamente propostos, nesta qualidade, como impositivos para a Administração direta, indireta ou fundacional são: princípio da legalidade, princípio da finalidade, princípio da moralidade e princípio da publicidade;
- b) Compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade de atos de nomeação de qualquer natureza na Administração direta, indireta e nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- c) Resulta da legislação federal que são empresas públicas federais unicamente as formadas por capital exclusivamente da União;
- d) A atividade da Administração está sujeita a investigações de Comissões Parlamentares de Inquérito, as quais dispõem de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros que lhes confirmam os Regimentos das respectivas Casas.

47. Assinale a alternativa correta.

- a) Salvo quando praticados com base em lei atributiva de discricionariedade, os atos administrativos são suscetíveis de correção judicial;
- b) A expressão “recurso hierárquico impróprio” aplica-se ao recurso administrativo previsto contra ato de autoridade da administração indireta para ser apreciado por autoridade da administração direta.
- c) De acordo com a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, a regra geral é a de que os bens dominicais são suscetíveis de usucapião, ao passo que os bens de uso comum e os de uso especial não o são;
- d) No direito brasileiro são expropriáveis bens corpóreos (móveis e imóveis), não, porém, direitos.

48. Assinale a alternativa correta.

- a) São atos concernentes ao chamado “Poder de Polícia Administrativa”: autorizações, licenças, tombamento de bens em razão de interesse histórico ou artístico e constituição de servidões administrativas;
- b) Sociedades de economia mista e empresas públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não estão sujeitas ao dever de licitar, conquanto seja aconselhável que efetuem licitações, pois, se for apurado que a outorga do bem, obra ou serviço, efetuou-



- se com favoritismo ou a preços indevidos, o contrato resultante sujeita-se a ser anulado;
- c) Convalidação do ato administrativo é o suprimento de sua invalidade com efeitos retroativos;
- d) É obrigatório que a concessão de serviços públicos seja precedida de concorrência, tomada de preços ou convite, conforme o vulto econômico do negócio.

49. Assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, verificados os pressupostos legais para o licenciamento de obra, não o impede a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, mas o valor da obra não se incluirá na indenização, quando a desapropriação for efetivada;
- b) O princípio da moralidade administrativa impede reajustes de preços em contratos administrativos, salvo quando existir cláusula contratual que os preveja;
- c) A presunção de legitimidade, a exigibilidade e a auto-executoriedade são atributos próprios da generalidade dos atos administrativos;
- d) Existe, por imposição constitucional, responsabilidade solidária do Estado por atos lesivos a terceiros causados por concessionários de serviço público.

50. Assinale a alternativa correta.

- a) Tirante as hipóteses constitucionalmente ressalvadas, o ingresso na Administração direta ou autárquica depende, obrigatoriamente, de concurso público para cargos e prova de suficiência para empregos públicos;
- b) Tanto são terrenos de marinha os fronteiros ao mar, na faixa de 33 metros de largura contados a partir do preamar médio de 1831, quanto os marginais de rios - e em faixa da mesma largura - que sofram a influência das marés, até o ponto em que a sofram;
- c) Há uma hipótese em que o Poder Judiciário pode revogar ato administrativo: quando este for viciado por desvio de poder;
- d) De acordo com a teoria do “fato do príncipe”, uma vez efetuada uma desapropriação indireta, com integração do bem ao patrimônio público, o expropriado não tem direito a reavê-lo, mas tão somente à justa indenização por sua perda.

51. Assinale a alternativa correta.

- a) Segundo a “teoria dos motivos determinantes”, é inválido o ato discricionário que não houver sido motivado contemporânea ou precedentemente à sua expedição;
- b) No direito brasileiro, o traço diferencial específico entre revogação e anulação reside em que a primeira é de competência da Administração e a segunda tanto pode ser produzida pela Administração quanto pelo Poder Judiciário;
- c) Salvo os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só é permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei;
- d) Qualquer cidadão, partido político ou sindicato pode propor ação popular para anular atos lesivos ao patrimônio público.



52. Assinale a alternativa correta.

- a) Conquanto a doutrina costumeiramente afirme que o Poder de Polícia é discricionário, o fato é que inúmeros atos de Polícia Administrativa são atos vinculados;
- b) Terras devolutas, terrenos reservados e terrenos marginais são expressões sinônimas;
- c) Não há responsabilidade do Estado por danos causados por multidão, visto que o Estado responde por danos causados por seus agentes e não por atos de terceiros;
- d) Desde que o servidor público haja sido nomeado por concurso para o cargo que ocupa, se seu cargo vier a ser extinto ter-se-á configurado o suficiente para que faça jus à disponibilidade remunerada.

53. Assinale a alternativa correta.

- a) A concessão de serviço público depende de autorização legislativa;
- b) A declaração de utilidade pública para fins de desapropriação e a declaração de interesse social para fins de desapropriação diferem apenas em que são distintas as hipóteses que as ensejam;
- c) É pressuposto da responsabilidade do Estado que este, por ação ou omissão ilícitas, haja causado dano a outrem;
- d) Depois de publicada a classificação das propostas em uma concorrência, esta se torna inalterável para a Administração Pública, só podendo ser modificada a classificação dos licitantes por via judicial.

54. Assinale a alternativa correta.

- a) Em decorrência do princípio da legalidade, tal como configurado no sistema jurídico brasileiro, a Administração, além de não poder atuar contra a lei, também não pode expedir atos administrativos concretos se lhe faltar calço legal para fazê-lo;
- b) No direito administrativo, os atos praticados em desacordo com a lei são sempre categorizáveis como nulos e, por isto, não de ser necessariamente fulminados, mesmo que apenas irregulares, pois, ao contrário do direito privado, não há disponibilidade em relação aos interesses em causa;
- c) O contratado tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro ao longo de todo o período de duração do contrato administrativo, mas, em nosso direito positivo, o contratado só pode reclamá-lo em Juízo caso tenha se insurgido administrativamente contra sua violação durante o prazo contratualmente previsto;
- d) Se, em ação expropriatória, a Administração não providenciar a imissão provisória de posse dentro do prazo de cento e vinte dias subseqüentes à alegação de urgência, só poderá renová-la, para fins de obter imissão provisória de posse, depois de transcorrido um ano da caducidade da alegação de urgência.

55. Assinale a alternativa correta.

- a) Os casos de desvio de poder não se cingem a hipóteses em que o agente público



atua por favoritismo ou perseguição, pois é possível a ocorrência deste vício mesmo quando o agente esteja movido pela convicção de realizar um interesse público;

- b) Caducidade ou decadência da concessão de serviço público é sua extinção causada pela inércia do concessionário em assumir-lhe a prestação na época prevista;
- c) É inexigível a realização de licitação para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros padronizados ou uniformizados por órgão oficial;
- d) União, Estados e Municípios têm competência para o tombamento de bens em vista de seu valor histórico, entretanto, o tombamento em vista do valor artístico do bem só pode ser efetuado pela União.

56. Assinale a alternativa correta.

- a) Em licitação na qual alguns dos concorrentes forem inabilitados e outros desclassificados, restando apenas uma proposta em condições de ser apreciada, a Administração pode adjudicar o objeto ao proponente dela, caso considere satisfatória a oferta;
- b) A requisição de bens não pode ser utilizada como instrumento de intervenção do Estado no domínio econômico;
- c) Incorre no vício de desvio de poder a autoridade que, embora incompetente para prover sobre a matéria, remove servidor público movido por sentimento de animosidade política;
- d) O nomeado para cargo público que não tomar posse no prazo legal deve ser demitido.

57. Assinale a alternativa correta.

- a) Nos atos discricionários, o administrador público não está sujeito a limites legais, ficando adstrito apenas às exigências do bem comum;
- b) No direito positivo brasileiro, a regra é que a permissão de serviço público seja precedida de concorrência;
- c) O servidor concursado adquire estabilidade em cargo público após dois anos de exercício na Administração direta e após três anos se se tratar de emprego público para o qual tenha ingressado depois de prova de suficiência;
- d) Consoante a legislação federal, nos contratos administrativos o contratante público pode modificar unilateralmente os quantitativos previstos até o limite que lhe pareça adequado às conveniências públicas, desde que indenize o contratado pelos encargos que superem a previsão inicial, de maneira a respeitar o equilíbrio econômico-financeiro originalmente estipulado.

58. Assinale a alternativa correta.

- a) Reconhece-se doutrinariamente, no Brasil, que a desapropriação e a requisição são as manifestações mais enérgicas do Poder de Polícia Administrativa do Estado;
- b) Atos vinculados, ao menos enquanto o sejam, são irrevogáveis;
- c) O planejamento econômico editado pelo Estado, como agente normativo e regulador



da atividade econômica, tem caráter apenas indicativo para o setor público, mas determinante para o setor privado;

d) Enquanto não adquire estabilidade o servidor público pode ser exonerado “ad nutum”.

59. Assinale a alternativa correta.

a) Em tema de servidor público, “reversão” é a designação da forma de provimento de cargo público pela qual o servidor, que se encontrava em “desvio de função”, é reincorporado a seu cargo de origem;

b) A indenização por danos causados pelo Poder Público só pode ser atendida na via judicial;

c) Há contratos administrativos por prazo determinado e contratos administrativos por prazo ilimitado, em que o contratado persiste prestando a atividade enquanto bem servir ao Poder Público;

d) A criação de sociedade de economia mista depende de lei que a autorize.

60. Assinale a alternativa correta.

a) Uma vez instituído o “regime jurídico único” a que alude a Constituição Federal, haverá um só estatuto de servidores públicos civis para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

b) Autarquias são entidades da administração indireta, criadas por lei com personalidade de direito privado, patrimônio e receita próprios, para exercer atividades típicas da Administração Pública;

c) É válido o ato administrativo de conteúdo vinculado praticado nos termos da vinculação por agente público investido de poderes para fazê-lo, ainda que se demonstre que, ao expedi-lo, servidor estava acometido de insanidade mental;

d) Nos casos em que, nos termos legais, a modalidade licitatória cabível for o convite, a Administração está impedida de adotar o procedimento da tomada de preços ou da concorrência, pois o princípio da legalidade o impediria.

61. Assinale a alternativa correta.

a) As pessoas jurídicas, tendo em vista a sua estrutura interna, classificam-se em “universitas bonorum”, como, por exemplo, as associações e “universitas personarum”, como, por exemplo, as fundações;

b) Como o Código Civil não forneceu elemento para uma distinção entre sociedades e associações civis, o que se deve induzir da sua linguagem é que é lícito e não obrigatório denominar associações as sociedades de fins não econômicos;

c) São pessoas jurídicas de direito privado as arquidioceses e dioceses da Igreja Católica, bem como as ordens monásticas, as congregações religiosas e as irmandades;

d) O direito brasileiro reconhece ao espólio personalidade jurídica, motivo pelo qual tem legitimação “ad causam” mediante representação do administrador provisório, ou do inventariante.



62. O adquirente de um imóvel hipotecado tem, caso queira liberá-lo:

- a) obrigação solidária decorrente de direito real;
- b) obrigação pessoal;
- c) obrigação “propter rem”;
- d) direito real.

63. Em matéria de evicção, indique a alternativa incorreta:

- a) Em se tratando de imóveis, depende, em regra, de sentença transitada em julgado, em virtude da qual o adquirente tenha perdido o uso, a posse ou o domínio da coisa alienada;
- b) Se o adquirente tiver realizado benfeitorias úteis ou necessárias e o evictor não indenizá-las, o alienante é sempre obrigado a fazê-lo;
- c) Só ocorre quando o adquirente for réu na ação intentada por terceiro;
- d) Nunca ocorre em atos de mera liberalidade.

64. Assinale a alternativa correta.

- a) São nulas as condições juridicamente impossíveis e as de não fazer coisa impossível;
- b) São legalmente defesas as condições que sujeitem o ato ao arbítrio de uma das partes e nulas as fisicamente impossíveis;
- c) São consideradas inexistentes as condições de não fazer coisa impossível e as fisicamente impossíveis;
- d) As condições juridicamente impossíveis, bem como as que decorrem, não da vontade das partes, mas necessariamente do direito tutelado, invalidam os atos a elas subordinados.

65. Numa escritura de cessão e transferência de direitos hereditários de um imóvel, nenhuma referência se fez à cessão de uso de um aparelho telefônico que lá se encontrava instalado. Nessas condições:

- a) Não há que se falar em usucapião do referido direito de uso, uma vez que sua transferência ao cessionário legalmente não ocorreu, inexistindo, conseqüentemente, o requisito do justo título à posse superveniente;
- b) Não ocorre usucapião do referido direito de uso, pois ele, não se equiparando a “coisa móvel” (artigo 618, do Código Civil), não é usucapível;
- c) O cessionário poderá usucapir o referido direito de uso se comprovar que utilizou o aparelho sem interrupção, nem oposição, durante três anos, mesmo que sem boa-fé;
- d) Pode ocorrer o usucapião, porque o direito de uso, tal como o usufruto, também se perde pela prescrição.

66. Em caso de empreitada de obra (de trabalho e material), o empreiteiro não supervisionado diretamente pelo proprietário é, em relação à obra e seu material:



- a) possuidor;
- b) fâmulos;
- c) preposto;
- d) detentor.

67. Uma estrada pública municipal abandonada, por ter sido entregue ao tráfego outra, em melhores condições de uso:

- a) pode ser alienada pelo Município, mediante autorização legislativa;
- b) não pode ser alienada pelo Município, por constituir bem público de uso comum do povo;
- c) não pode ser alienada pelo Município, por constituir bem público de uso especial;
- d) pode ser alienada pelo Município porque a estrada, em decorrência do abandono, tornou-se um bem público dominical ou patrimonial.

68. As servidões aparentes e não aparentes, respectivamente, e segundo jurisprudência dominante:

- a) não são usucapíveis se contínuas; só podem existir quando registradas, sendo suscetíveis de usucapião se descontínuas;
- b) devem ser registradas para efeito probatório se oriundas de usucapião e só elas, dentre as servidões, são usucapíveis; não são suscetíveis de usucapião, tanto as contínuas, quanto as descontínuas;
- c) são usucapíveis as contínuas independentemente de registro; são também usucapíveis, tanto as contínuas, quanto as descontínuas, desde que registradas a tempo e modo;
- d) dentre outras espécies de servidão, são usucapíveis e devem ser registradas para fim constitutivo; não são suscetíveis de usucapião as descontínuas e as contínuas só existem quando registradas.

69. A cláusula testamentária que proíbe ao herdeiro impugnar judicialmente a validade do testamento ou de algumas de suas disposições sob pena de perda dos legados e benefícios que lhe caberiam:

- a) é a denominada “cláusula cassatória” e deve ser considerada como não escrita, posto que contrária ao princípio constitucional do livre acesso à jurisdição;
- b) é a denominada “cláusula privatória” e é sempre válida, porque a composição qualitativa dos quinhões é matéria de interesse puramente privado;
- c) é a denominada “cláusula cominatória” e deve ser considerada ineficaz sempre que o testador injustamente e mesmo respeitando as legítimas, dela usar para acobertar preferências de legados e vantagens a um herdeiro em detrimento de outros;
- d) é a chamada “cláusula de decadência ou caducidade” e, em princípio, deve ser considerada válida, a menos que acoberte disposição testamentária defesa em lei, como, por exemplo, a que deixa ao arbítrio de outrem fixar valor do legado.





70. Considerando-se que o Código Civil extinguiu o benefício da “restitutio in integrum”, aponte a proposição correta resultante da referida extinção:

- a) O mútuo feito a menor não pode ser reavido;
- b) O surdo-mudo que não puder exprimir sua vontade, deve pleitear a devolução do seu desembolso, mesmo que o ato lesivo a seus direitos tenha sido praticado com a observância das formalidades legais;
- c) O menor, lesado em seus direitos, perde o que pagou mediante ato lesivo legal;
- d) Não pode o menor, ou o interdito, recobrar dívida de jogo que voluntariamente pagou.

71. Juristas que criaram, respectivamente,

- a doutrina dominante sobre a natureza jurídica do processo;
  - a chamada “Escola Processual de São Paulo” e que influenciou decisivamente no plano de política legislativa do atual Código de Processo Civil e em muitos dos seus institutos, como, por exemplo, o da coisa julgada;
  - o conceito de ação como um direito potestativo:
- a) Giuseppe Chiovenda, Alfredo Buzaid e Francesco Carnelluti;
  - b) Jaime Guasp, José Frederico Marques e Adolfo Wach;
  - c) Oscar Von Bülow, Enrico Tullio Liebman e Giuseppe Chiovenda;
  - d) Ugo Rocco, João Mendes Júnior e Piero Calamandrei.

72. Proposta a ação rescisória pelo terceiro interessado, todos os que, no momento da sentença rescindenda, ostentavam a qualidade de parte deverão, em princípio, nela figurar, pois que se trata de litisconsórcio:

- a) passivo, necessário, simples;
- b) passivo, necessário, unitário;
- c) misto, facultativo, simples;
- d) misto, necessário, unitário.

73. O artigo 306 do Código do Processo Civil diz que, uma vez recebida a exceção, o processo ficará suspenso “... até que seja definitivamente julgada”. Na hipótese dela ser indeferida liminarmente:

- a) o processo ficará suspenso até o trânsito em julgado da decisão que julgar a exceção;
- b) o processo prosseguirá, na expectativa do trânsito em julgado da decisão que julgar a exceção;
- c) o processo ficará suspenso, pelo menos até o exame do agravo de instrumento, no juízo de retratação;
- d) o processo ficará suspenso até o trânsito em julgado da apelação.

74. O louco tem:

- a) “legitimatío ad processum”, mas não capacidade processual;



- b) capacidade para estar em Juízo, mas não capacidade para agir;
- c) capacidade processual, mas não capacidade para ser parte;
- d) capacidade de ser parte, mas não capacidade processual.

75. Dentre as proposições abaixo indique a que se mostrar correta e mais completa.

No direito brasileiro, jurisdição é a função estatal que:

- a) diz o direito ao caso concreto com definitividade;
- b) diz o direito ao caso concreto com definitividade e em substituição à vontade das partes;
- c) diz o direito ao caso concreto com definitividade e em substituição à vontade das partes, só podendo ser exercida por órgão integrante do Poder Judiciário;
- d) diz o direito ao caso concreto.

76. Para que exista o erro de fato, ensejador da ação rescisória, é necessário que:

- a) o Juiz tenha errado ao dar por existente um fato que realmente não existiu ou vice-versa;
- b) não tenha havido controvérsia sobre a existência ou inexistência do fato e nem pronunciamento judicial;
- c) transpareça dos autos a existência do fato, considerado como inexistente pelo Juiz, não tenha ocorrido controvérsia sobre tal questão e o Juiz não tenha se pronunciado sobre ela na sentença;
- d) a sentença esteja expressamente fundada na existência ou inexistência de fato sobre o qual não tenha havido controvérsia nem pronunciamento judicial.

77. A sentença de mérito transitada em julgado e proferida por Juiz absolutamente incompetente:

- a) deve ter a sua nulidade declarada de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição pelo Juiz competente;
- b) permanece definitiva, válida e eficaz se não for regularmente impugnada no prazo de dois anos;
- c) não é válida, nem eficaz, uma vez que o vício da nulidade decorrente da incompetência absoluta nunca pode ser superado;
- d) é imutável, válida e eficaz em qualquer tempo, porque o vício da nulidade decorrente da incompetência absoluta ficou coberto, na hipótese, pelos efeitos da coisa julgada.

78. Em ação indenizatória por responsabilidade civil do Estado, a Fazenda Pública deixou de denunciar à lide, a tempo e modo, o funcionário público responsável pelo dano. Sendo assim:

- a) deve o Juiz fixar prazo peremptório para que a Fazenda Pública o faça, tendo em vista o artigo 70, "caput", do Código de Processo Civil, que considera a denúncia à lide "obrigatória" nas hipóteses que arrola, sob pena de perda do direito de regresso;
- b) a ação deve prosseguir, sendo certo que a Fazenda Pública perdeu seu direito de



regresso, questão, todavia, que só deve ser conhecida, se alegada, em ação própria e caso a Fazenda Pública venha a propô-la;

c) a ação deve prosseguir e a Fazenda Pública, malgrado os expressos termos do artigo 70, “caput”, do Código de Processo Civil, não perde seu direito de regresso e também não alarga o espectro probatório, em injusto detrimento dos direitos processuais do autor;

d) o Juiz deve reconhecer, então, o litisconsórcio passivo necessário e unitário, com o que fará cumprir os artigos 70, “caput” e 47, do Código de Processo Civil, impondo este último dispositivo que ele decida a lide, na hipótese, “de modo uniforme para todas as partes”.

79. Assinale a alternativa correta:

a) A ação popular só pode ser proposta por pessoa física e a ação civil pública deve ser proposta exclusivamente contra pessoa jurídica, inclusive a Administração Pública;

b) Estão legitimados passivamente à ação civil pública todos os responsáveis pelos fatos ou atos que a ensejaram, sejam pessoas físicas ou jurídicas e a sua legitimação ativa pertence ao Ministério Público e ao particular lesado, sendo que a ação popular só pode ser proposta por eleitor;

c) A ação civil pública só pode ser proposta por pessoa jurídica, ou pelo Ministério Público, sendo facultado ao particular lesado figurar como assistente de quaisquer das partes legitimadas e, no mandado de segurança coletivo, o impetrante pode pleitear direito líquido e certo que não lhe seja próprio, mas de outrem;

d) A ação popular, proposta pelo eleitor lesado, pode ter por objeto o resguardo da moralidade administrativa e o mandado de segurança coletivo, interposto por entidade de classe legalmente constituída, funcionando há seis meses, também, desde que provida de autorização específica, colhida em assembléia.

80. Ao considerar as várias acepções do significado técnico do vocábulo “exceção”, Chiovenda conceitua “exceção substancial”:

a) em sentido amplo, como qualquer meio de que o demandado se utilize para justificar o pedido de rejeição da demanda;

b) em sentido menos amplo, como toda defesa de mérito que não diga respeito à simples negação do fato constitutivo afirmado pelo autor, mas à adução de um fato impeditivo ou extintivo que exclua os efeitos jurídicos do fato constitutivo deduzido pelo demandante;

c) em sentido estrito, compreendendo somente a contraposição ao fato constitutivo do direito do autor, de fatos impeditivos ou extintivos que, de per si, não infirmem a ação, não podem ser conhecidos “ex officio”, a despeito de conferirem ao demandado o poder jurídico de anular a ação;

d) como não mais que uma razão da contestação consistente na alegação de um fato extintivo ou “invalidativo” do direito do autor, gravando-se o réu com o “onere dell’informazione”, à vista de ter o autor rejeitado a teoria concreta do direito de ação.



81. A concessão, pela União Federal, de isenções de impostos estaduais e municipais:

- só pode ocorrer através de lei complementar;
- só pode ocorrer através de lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional;
- é vedada pela Constituição Federal;
- somente é admitida em relação aos impostos de competência do Distrito Federal e através de lei complementar.

82. O princípio constitucional da anterioridade, que veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, não se aplica aos impostos:

- sobre importação, sobre exportação, sobre produtos industrializados, sobre operações financeiras e aos impostos extraordinários por motivo de guerra externa;
- sobre importação, sobre exportação, sobre produtos industrializados, sobre propriedade de veículos automotores, sobre operações financeiras e aos impostos extraordinários por motivo de guerra externa;
- sobre importação, aos impostos extraordinários por motivo de guerra externa, sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços, sobre exportação e sobre produtos industrializados;
- sobre importação, sobre exportação, sobre produtos industrializados e aos impostos extraordinários por motivo de guerra externa, tão somente.

83. Do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural:

- pertencem aos Municípios 50% (cinquenta por cento), relativamente aos imóveis neles situados;
- pertencem aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento), relativamente aos imóveis neles situados;
- pertence aos Municípios a totalidade do valor arrecadado, relativamente aos imóveis neles situados;
- pertencem aos Estados 20% (vinte por cento), relativamente aos imóveis neles situados.

84. Segundo dispõe o Código Tributário Nacional, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, a seguinte ordem:

- os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público, a analogia e a equidade;
- a analogia, os princípios gerais de direito tributário, a equidade e os princípios gerais de direito público;
- a analogia, a equidade e os princípios gerais de direito público;
- a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito



público e a equidade.

85. Quando o fato gerador da obrigação tributária principal é um negócio jurídico sob condição resolutiva, considera-se nascida a obrigação:

- a) desde o momento em que se verificar a condição;
- b) desde o momento da celebração do negócio, salvo disposição de lei em contrário;
- c) desde o momento em que o Fisco tiver conhecimento da celebração do negócio;
- d) desde o momento da celebração do negócio, salvo disposição expressa avençada entre as partes negociantes.

86. Como regra geral, o domicílio tributário do sujeito passivo, pessoa física ou natural, é fixado:

- a) pela residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, pelo centro habitual de sua atividade;
- b) pelo lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação;
- c) pelo lugar onde estabelece residência com ânimo definitivo e, se tiver diversas residências onde alternadamente viva, ou vários centros de ocupações habituais, qualquer destes ou daquelas;
- d) pela eleição do próprio sujeito passivo, que decide, espontaneamente, sobre o local de sua preferência.

87. Empresa industrial recolheu imposto sobre produtos industrializados à Fazenda Nacional, tendo transferido o respectivo encargo financeiro a terceiro, como admitido pela lei do tributo. Verificando posteriormente que tinha efetuado pagamento maior que o devido em face da legislação aplicável, a empresa pretendeu a restituição do que pagou a maior. Nesse caso:

- a) a empresa tem direito à restituição porque houve enriquecimento ilícito por parte da Fazenda Nacional;
- b) a empresa não tem direito à restituição porque tendo transferido o respectivo encargo financeiro a terceiro, não está por este expressamente autorizada a repetir o que foi recolhido a maior;
- c) a empresa não tem direito à restituição porque embora desnecessária a autorização do terceiro que suportou o encargo financeiro, o recolhimento foi efetuado sem prévio protesto;
- d) a empresa tem direito à restituição porque sendo ela contribuinte de direito do imposto, a circunstância de ter ocorrido a transferência do encargo financeiro a terceiro não interfere na relação jurídica tributária que se estabeleceu apenas entre a empresa e a Fazenda Nacional.

88. Ocorrido o fato gerador de um imposto em 18 de novembro de 1972, a Fazenda Pública constituiu o crédito tributário respectivo mediante lançamento de ofício, cabível



na espécie nos termos da legislação aplicável, efetuado em 20 de dezembro de 1977, notificando o contribuinte nessa mesma data, fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para pagar ou oferecer impugnação administrativa. Não tendo sido efetuado o pagamento nem oferecida impugnação no prazo fixado, a Fazenda Pública inscreveu o débito em sua Dívida Ativa e propôs contra o contribuinte processo de execução fiscal. A inscrição da dívida e a distribuição do processo na Justiça ocorreram em 15 de janeiro de 1983. Considerando-se que não houve quaisquer outras ocorrências senão aquelas até aqui mencionadas, pode-se concluir, na hipótese exposta, no que diz respeito à decadência do direito à constituição do crédito tributário pela Fazenda Pública e à prescrição do direito de ação judicial para cobrá-lo, que:

- a) não se operou a decadência, mas operou-se a prescrição;
- b) operou-se a decadência e, por consequência, não há necessidade de cogitar-se da prescrição;
- c) não se operou a decadência e não se operou a prescrição;
- d) operou-se a decadência e operou-se a prescrição.

89. O cancelamento, por lei, de débitos fiscais até determinado valor, abrangendo tanto aqueles relativos às obrigações tributárias principais quanto aqueles decorrentes de penalidades pecuniárias por infrações, consubstancia:

- a) anistia fiscal;
- b) remissão fiscal;
- c) anistia fiscal quanto às obrigações principais e remissão fiscal quanto às penalidades;
- d) remissão fiscal quanto às obrigações principais e anistia fiscal quanto às penalidades.

90. Certo tabelião lavrou escritura pública de compra e venda de imóvel. Decorridos alguns meses, a Fazenda Pública Municipal constatou falta de recolhimento do imposto de transmissão imobiliária "inter vivos", sem que houvesse participação dolosa do tabelião. Efetuou a Fazenda lançamento fiscal e multou o contribuinte com penalidade pecuniária de 100% do valor do imposto, exigindo, ainda, juros moratórios e correção monetária. No entanto, tanto o adquirente como o transmitente do imóvel estavam nessa altura insolventes, tendo todos os seus bens sido levados em hasta pública definitiva. A Fazenda Pública, impossibilitada de receber o seu crédito, passou a exigí-lo do tabelião. Nesta hipótese:

- a) o tabelião é responsável pelo pagamento do valor do tributo, juros moratórios e correção monetária, não sendo responsável pelo pagamento da multa;
- b) o tabelião é responsável pela integralidade do crédito cobrado, abrangendo o valor do tributo, juros moratórios, multa e correção monetária;
- c) o tabelião não é responsável por qualquer pagamento porque a falta de recolhimento se deu por culpa exclusiva do adquirente e do alienante do imóvel;
- d) o tabelião não é responsável por qualquer pagamento porque não é contribuinte do



imposto e agiu de boa-fé.

91. O lançamento por homologação ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa e opera-se pelo ato em que referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. Se a lei do tributo não fixar o prazo para a homologação, será ele de cinco anos. Expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se definitivamente extinto o crédito, consoante dispõe o Código Tributário Nacional. O prazo de que dispõe a Fazenda Pública para a homologação é:

- a) de decadência e tem seu início da data da ocorrência do fato gerador;
- b) de decadência e tem seu início da data do pagamento antecipado;
- c) de prescrição e tem seu início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o fato gerador;
- d) de decadência e tem seu início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o pagamento antecipado.

92. São modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) pagamento, compensação, transação, remissão, anistia, moratória, decisão judicial passada em julgado;
- b) conversão do depósito em renda, pagamento antecipado e a homologação do lançamento, isenção, concessão de medida liminar em mandado de segurança, prescrição, remição, decadência;
- c) pagamento, transação, remissão, compensação, conversão de depósito em renda, consignação em pagamento, impugnação administrativa do lançamento;
- d) pagamento, compensação, transação, remissão, decadência, decisão administrativa irreformável, decisão judicial passada em julgado.

93. A Constituição Federal veda a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. Essa vedação constitucional consubstancia:

- a) imunidade genérica, objetiva e condicionada;
- b) imunidade genérica, subjetiva e incondicionada;
- c) imunidade específica, subjetiva e incondicionada;
- d) imunidade genérica, subjetiva e condicionada.

94. A União Federal pode instituir outros impostos além dos discriminados na Constituição:

- a) mediante lei complementar, desde que sejam seletivos e não tenham base de cálculo própria dos impostos discriminados na Constituição;
- b) mediante lei ordinária, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador próprio dos impostos discriminados na Constituição;



- c) mediante lei complementar, desde que sejam não seletivos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados na Constituição;
- d) mediante lei complementar, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados na Constituição.

95. Os empréstimos compulsórios podem ser instituídos:

- a) pela União, mediante lei complementar, para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública e de guerra externa ou sua iminência e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional;
- b) pela União e pelos Estados, mediante lei ordinária, nos casos de calamidade pública que exija recursos além dos orçamentários disponíveis;
- c) pela União, mediante lei ordinária, nos casos de guerra externa ou sua iminência, calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis e conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo;
- d) pela União e pelos Estados, mediante lei complementar, nos casos de guerra externa ou sua iminência, calamidade pública que exija auxílio impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis e conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

96. Assinale a alternativa correta:

- a) O registro de marca de indústria, de comércio e de serviço em uma determinada classe não impede que se registre marca idêntica para produto, mercadoria ou serviço de outra classe, por titular distinto, salvo quando se tratar de marca considerada notória e como tal registrada;
- b) As marcas de indústria, de comércio e de serviço, regularmente registradas, têm assegurada a proteção ao uso exclusivo pelo titular, conferido pelo direito de propriedade decorrente da concessão do registro, em todas as classes de atividades previstas na legislação aplicável;
- c) O registro de marca de indústria, de comércio e de serviço em uma determinada classe de atividade, impede que se registre marca idêntica para produto, mercadoria ou serviço de outra classe, por titular distinto, porque faltariam, no caso, os requisitos da originalidade e da novidade;
- d) Para ser registrada, a marca de indústria, de comércio e de serviço tem necessariamente que ser nova, isto é, inconfundível com outras marcas em uso e já anteriormente registradas em qualquer classe de produto, mercadoria ou serviço.

97. Os sócios gerentes das sociedades por quotas de responsabilidade limitada:

- a) não respondem pessoalmente pelas dívidas contraídas em nome da sociedade em nenhuma hipótese;
- b) respondem solidária e ilimitadamente pelas dívidas contraídas em nome da sociedade quando resultantes de atos praticados com violação da lei e do contrato





social;

- c) respondem pelas dívidas contraídas em nome da sociedade se esta for insolvente e até o montante do capital social integralizado;
- d) respondem pelas dívidas contraídas em nome da sociedade até o montante das quotas de capital que integralizaram.

98. Caracteriza-se como sociedade de economia mista:

- a) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei para exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujo capital seja majoritariamente pertencente ao Poder Público;
- b) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria ao Poder Público;
- c) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade anônima, cujas quotas ou ações pertençam, em maioria ou não, ao Poder Público;
- d) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sob a forma de sociedade anônima, criada pela forma legalmente admitida para a instituição desse tipo de sociedade, para exploração de atividade econômica, com participação ativa do Poder Público na gestão da sociedade.

99. Segundo a jurisprudência dominante, a responsabilidade pelo pagamento de cheque com assinatura falsa do emitente:

- a) é sempre do sacado porque o pagamento de cheque na situação indicada é risco inerente ao negócio bancário;
- b) é sempre do emitente porque detentor do talonário de cheques e responsável pela sua guarda e cuja negligência permite seja ele usado pelo falsificador;
- c) é do estabelecimento bancário a responsabilidade, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva ou concorrente do correntista;
- d) é do sacado e do emitente, solidariamente, independentemente de culpa deste último.

100. Caracteriza-se como empresa pública:

- a) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capital exclusivo do Poder Público, criada por lei para a exploração de atividade econômica que deva ser exercida por força de contingência ou de conveniência administrativa, sob a forma de sociedade anônima exclusivamente;
- b) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capital majoritário do Poder Público, criada por decreto para exploração de atividade que deva ser exercida por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;



c) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo do Poder Público, criada por lei para a exploração de atividade econômica que deva ser exercida por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

d) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital majoritário do Poder Público que lhe assegure a maioria das ações ou quotas com direito a voto, criada por lei para a exploração de atividade econômica que deva ser exercida por força de contingência ou conveniência administrativa, sob a forma de sociedade anônima ou de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.



## Gabarito da Primeira Prova Escrita do III Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	B	21	B	41	C	61	B	81	C
2	C	22	*	42	A	62	C	82	A
3	B	23	C	43	C	63	C	83	A
4	A	24	B	44	B	64	C	84	D
5	**	25	B	45	A	65	D	85	B
6	D	26	A	46	D	66	A	86	D
7	C	27	C	47	B	67	A	87	B
8	A	28	B	48	C	68	B	88	C
9	D	29	A	49	A	69	D	89	D
10	A	30	D	50	B	70	C	90	A
11	D	31	**	51	C	71	C	91	A
12	B	32	C	52	A	72	A	92	D
13	A	33	B	53	A	73	B	93	D
14	A	34	C	54	A	74	D	94	D
15	C	35	D	55	A	75	B	95	A
16	A	36	D	56	A	76	C	96	A
17	D	37	C	57	**	77	B	97	B
18	D	38	B	58	B	78	C	98	B
19	C	39	B	59	D	79	C	99	C
20	D	40	A	60	C	80	C	100	C

(\*) Questão anulada por decisão da Comissão de Concurso.

(\*\*) Questões anuladas por decisão da Comissão de Concurso, após revisão geral.